

Programa de Concurso

Concurso Público Internacional N.º S004/2023 Aquisição de Seguros

Soure, 31 de janeiro de 2023

ÍNDICE

1. Identificação do Procedimento	3
2. Objeto do Procedimento	3
3. Entidade Adjudicante	3
4. Órgão que tomou a decisão de contratar	3
5. Fundamentação da escolha do concurso público	3
6. Acesso às peças do procedimento	3
7. Regras específicas sobre o procedimento de concurso	3
8. Órgão competente para prestar esclarecimentos	3
9. Preço base	4
10. Adjudicação por lotes	4
11. Concorrentes	4
12. Caráter confidencial das informações	4
13. Negociação	4
14. Prazo de apresentação das propostas	4
15. Modo de apresentação das propostas	5
16. Apresentação e análise de propostas	5
17. Proposta	6
18. Proposta em agrupamento	7
19. Propostas variantes	7
20. Documentos que acompanham a proposta	7
21. Esclarecimentos e Erros e Omissões	8
22. Relatórios e Audiência Prévia	8
23. Decisão e notificação da adjudicação	9
24. Critério de adjudicação	9
25. Critério de desempate na avaliação das propostas	9
26. Consultores e estudos de apoio à decisão	9
27. Caução	10
28. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário	10
29. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação	11
30. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras	11
31. Despesas e encargos do concorrente	11
32. Possibilidade de adoção de ajuste direto	11
33. Proteção de Dados	11
34. Legislação aplicável	12
ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO	13
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]	13

1. Identificação do Procedimento

Concurso Público n.º S004/2023

2. Objeto do Procedimento

Aquisição de Seguros

3. Entidade Adjudicante

Município de Soure
Praça da República 3130-318 Soure
Telefone: 239 506 550
Email: cpa@cm-soure.pt
NIPC 507 103 742

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Presidente da Câmara Municipal

5. Fundamentação da escolha do concurso público

Critério do valor definido no artigo 20.º, n.º 1, alínea a), do CCP.

6. Acesso às peças do procedimento

1. O programa do procedimento e o caderno de encargos encontram-se patentes na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov disponível através do endereço www.acingov.pt, desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas.
2. O acesso aos documentos constantes da plataforma electrónica é gratuito, bem como para a apresentação das propostas, e será concedido através de registo de pedido de credenciação junto da entidade de suporte.
3. Adicionalmente, as peças do procedimento ficarão disponíveis na Unidade Orgânica de Contratação Pública e Aprovisionamento do Departamento de Administração Municipal e Cidadania do Município de Soure, para consulta dos/as interessados/as, desde o dia da publicação do anúncio, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 130.º, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

7. Regras específicas sobre o procedimento de concurso

Não são aplicáveis quaisquer outras regras específicas ao procedimento de concurso.

8. Órgão competente para prestar esclarecimentos

Júri.

9. Preço base

471.198,00€ (quatrocentos e setenta e um mil cento e noventa e oito euros), não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo o valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e limita o preço contratual.

10. Adjudicação por lotes

1. No presente procedimento será efetuada a contratação dos seguintes lotes:
 - a. Lote 1 - Seguro de Frota Automóvel;
 - b. Lote 2 - Seguro de Acidentes de Trabalho;
 - c. Lote 3 - Seguro de Acidentes Pessoais;
 - d. Lote 4 – Seguro Acidentes Pessoais Autarcas;
 - e. Lote 5 – Seguro Acidentes Pessoais de Bombeiros;
 - f. Lote 6 – Seguro de Responsabilidade Civil;
 - g. Lote 7 – Seguro Multirriscos.
2. Os concorrentes podem concorrer individualmente a cada lote ou a todos os lotes, no entanto deverão apresentar propostas diferenciadas para cada lote.
3. O Município de Soure celebrará contratos para a totalidade dos lotes.

11. Concorrentes

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º

12. Caráter confidencial das informações

Não são aplicáveis regras específicas a cumprir destinadas a proteger o caráter confidencial das informações contidas nas peças do procedimento.

13. Negociação

As propostas a apresentar não serão objeto de negociação.

14. Prazo de apresentação das propostas

As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às 23:59 horas do 30º dia, a contar da data de envio do anúncio para publicação.

15. Modo de apresentação das propostas

1. A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, acessível no sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.
2. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado em plataforma eletrónica, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve indicar o concorrente, a designação do procedimento e a entidade adjudicante, o qual deverá ser entregue diretamente ou enviado por correio registado com aviso de receção à entidade adjudicante, devendo a receção deste ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta, nos termos do n.º 5 do artigo 62.º.
4. O/A interessado/a deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica certificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõe, uma vez que só é admitida a que tenha sido assinada e recebida até à data e hora fixada no Anúncio publicado em Diário da República 9872/2022.
5. Os documentos apresentados em plataforma ficam sujeitos à aposição de selos temporais nos termos do Decreto-Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

16. Apresentação e análise de propostas

1. As propostas e a documentação exigida deverão, sob pena de exclusão, ser apresentados conforme indicado na cláusula anterior, até ao dia e hora fixado no Anúncio do Diário da República 9847/2022 de 02 agosto de 2022.
2. As propostas serão analisadas pelo júri do procedimento, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º, salvo se for apresentada apenas uma proposta conforme estipulado no n.º 4 do referido artigo.
3. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas.
4. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2 e no n.º 3 do artigo 72.º e devem ser juntos ao processo, devendo todos os concorrentes ser notificados dos mesmos

17. Proposta

1. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta o concorrente deve indicar os seguintes elementos:
 - a. O preço total, indicado em algarismos, sem inclusão do IVA, bem com o preço unitário por refeição sem inclusão do IVA;
 - b. Taxa de IVA aplicável;
 - c. Prazo da validade da proposta que de acordo com o artigo 65.º, será de 66 (sessenta e seis) dias;
 - d. Eventual especificação dos aspetos considerados essenciais pelo concorrente para a manutenção da sua proposta e cuja rejeição implicará a sua ineficácia;
 - e. Outros aspetos que considere relevantes para a apreciação da proposta.
3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, conforme disposto no artigo 58.º do CCP, ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais e apresentada através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov.
4. A proposta será assinada eletronicamente pelo Concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com o artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Os documentos da proposta devem incluir os seguintes elementos:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) em substituição da declaração do anexo I;
 - b. Elementos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais se dispõe a contratar;
 - c. Elementos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, aos quais o Município de Soure pretende que se vincule;
 - d. Elementos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando resulte, direta ou indiretamente, do presente documento;
 - e. Quaisquer outros elementos que considere indispensáveis à clarificação dos atributos da proposta.
6. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, que tenham poderes para o obrigar.
7. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito ou pública forma da mesma, devidamente legalizada.

8. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos ou de condições fixadas noutros documentos que servem de base ao procedimento.

18. Proposta em agrupamento

1. A entidade concorrente poderá apresentar proposta em agrupamento com outra(s) entidade(s), nos termos do artigo 54.º.
2. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na seguinte modalidade jurídica: consórcio externo de responsabilidade solidária
3. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento devem apresentar os documentos de habilitação de acordo com o disposto no artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 dezembro devendo, até à data de assinatura do contrato, apresentar ainda os seguintes documentos: cópia do contrato de consórcio, procuração outorgada por todos os membros do consórcio ao seu líder. Deve ser indicada a percentagem de participação de cada um dos elementos do consórcio e a indicação do seu líder.

19. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

20. Documentos que acompanham a proposta

1. A proposta deve ser acompanhada de procuração, ou fotocópia da mesma devidamente legalizada, se o concorrente agir por representante.
2. No caso de na ordem jurídica do país de origem do concorrente não existir documento idêntico ao especialmente requerido, pode o mesmo ser substituído por declaração sob compromisso de honra feita pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.
3. No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos números anteriores.
4. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta pode ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõe, designando um representante comum para praticar todos os actos no âmbito do concurso.
5. Os documentos que acompanham as propostas devem ser assinados eletronicamente, de acordo com o estipulado no artigo 54.º, do Decreto-Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.

21. Esclarecimentos e Erros e Omissões

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os/as interessados/as podem solicitar, por escrito, através da plataforma eletrônica acinGov, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
2. No mesmo prazo, devem também apresentar, por escrito, ao órgão competente para contratar, através da plataforma eletrônica acinGov, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a. O júri do concurso prestará os esclarecimentos solicitados;
 - b. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos/as interessados/as, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
4. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos/as interessados/as serão disponibilizados na plataforma acinGov e juntos às peças patenteadas do procedimento, procedendo-se imediatamente à notificação dos/as interessados/as que as tenham obtido.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

22. Relatórios e Audiência Prévia

1. O júri do concurso elaborará fundamentadamente um relatório preliminar de avaliação das propostas, ordenando-as por ordem crescente, de acordo com o critério de adjudicação definido para o procedimento.
2. No relatório preliminar, o júri deverá também propôr, fundamentadamente, a exclusão das propostas, previstas no n.º 2 do artigo 146.º.
3. Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhe um prazo de cinco dias úteis para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
4. Terminada a audiência prévia, o júri elaborará um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propôr a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º.
5. Do relatório final, quando resulte a alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia.
6. O relatório final, juntamente com todos os documentos que compõem o processo, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

7. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, para efeitos de adjudicação.

23. Decisão e notificação da adjudicação

1. Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri, escolhe o/a adjudicatário/a.
2. Posteriormente à respetiva decisão, todos os concorrentes são notificados em simultâneo do ato de adjudicação.

24. Critério de adjudicação

A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o Município de Soure, determinada através da seguinte modalidade: monofator, densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

25. Critério de desempate na avaliação das propostas

1. Para desempatar recorrer-se-á a um sorteio, que obedecerá à seguinte metodologia:
 - 1º Determinar-se-á a seriação dos concorrentes para efeito de estabelecer a ordenação da retirada da bola, pela maior pontuação obtida através de um lance de dados, sendo os dados lançados pela ordem de entrega das propostas;
 - 2º A cor das bolas significará a seguinte ordenação:
 - 1ª Posição: Bola branca;
 - 2ª Posição: Bola preta;
 - 3ª Posição: Bola vermelha;
 - 4ª Posição: Bola verde;

Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

26. Consultores e estudos de apoio à decisão

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.

2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respectivos relatórios que para eles remeterão.

27. Caução

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, podendo o Município de Soure nos termos do nº3 do artigo 88 do CCP proceder à retenção de até 10% do valor do(s) pagamento(s) a efetuar.

28. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do Programa de Concurso;
2. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontram nas situações previstas nas alíneas d) e e) do art.º 55.º do CCP;
3. Certificado do registo criminal da empresa e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
4. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online;
5. Em alternativa à apresentação dos documentos referidos no ponto 2, o adjudicatário poderá disponibilizar o acesso para a sua consulta online, nos termos do DL n.º 114/2007, de 19 de abril. Para esse efeito, informa-se que o Município de Soure tem o contribuinte n.º 507 103 742 e o NISS n.º 20008616842, podendo com estes números o adjudicatário formalizar o consentimento junto das entidades competentes para tal.
6. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, no prazo fixado neste programa do procedimento.
7. Caso sejam necessários esclarecimentos relativamente aos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 3 (três) dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º.
8. O adjudicatário deverá ainda proceder à apresentação de um Plano de prevenção de corrupção e de infrações, conforme o disposto no n.º 9 do artigo 81.º, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.

29. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 10 dias após a notificação da adjudicação.
2. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, deve ocorrer no prazo de 3 dias.
3. A audiência prévia do adjudicatário relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 3 dias.
4. O incumprimento da entrega dos referidos documentos, no prazo fixado, pode constituir contra-ordenação muito grave, punível com coima graduada de € 2000 a € 3700 ou de € 7500 a € 44800, consoante se trate de pessoa singular ou colectiva, atento o disposto na alínea b) do artigo 456.º do CCP.

30. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras

Os compromissos assumidos por entidades terceiras devem ser confirmados no mesmo prazo previsto para apresentar os documentos de habilitação.

31. Despesas e encargos do concorrente

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

32. Possibilidade de adoção de ajuste direto

A entidade adjudicante reserva-se o direito de recorrer ao ajuste direto, quando se verificarem os pressupostos do n.º 1 ou n.º 2 do artigo 24.º e do artigo 27.

33. Proteção de Dados

O tratamento de dados pessoais obedecerá ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), sendo os mesmos utilizados exclusivamente para os fins decorrentes do presente procedimento, seja na fase da formação do contrato, seja na fase da respetiva execução.

34. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro), na sua atual redação e restante legislação aplicável.

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (³)] os documentos comprovativos de que a sua representada (⁴) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de

privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (⁵)].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º